



**CLIPPING E CURADORIA DE NOTÍCIAS**  
**15 e 16/12/2021**

## ÍNDICE

1. RELATÓRIO
2. É hoje que Diógenes da Cunha Lima e Marcelo Queiroz recebem para o lançamento do "O Pequeno Príncipe"
3. Fecomércio RN conduz discussão técnica em audiência pública sobre o Plano Diretor de Natal
4. Fecomércio RN conduz discussão técnica em audiência pública sobre o Plano Diretor de Natal
5. Fecomércio RN conduz discussão técnica em audiência pública sobre o Plano Diretor de Natal
6. Marcelo Queiroz recebe homenagem da ABIH pelo apoio da Fecomércio ao turismo
7. Hoteleiros potiguares realizam confraternização 2021
8. Conheça as belezas do Rio Grande do Norte com o Sesc

## NOTÍCIAS DE INTERESSE

9. Artigo – O Plano Diretor
10. Gestora de investimentos, a Galápagos abre filial em Natal
11. Mais longe da privatização
12. Impacto para exportadores com suspensão de vendas chega a US\$ 1,5 BI
13. Com PEC aprovada, governo terá R\$ 106 bi a mais
14. IR: Senado propõe correção da tabela, que isentaria 19 milhões
15. Atividade econômica cai o dobro do esperado em outubro e acumula quatro meses de retração
16. Câmara pode ampliar Refis para grande empresa e põe a Economia em alerta
17. Câmara alivia exigências do Senado e aprova novas regras para os aplicativos de ônibus
18. Descontos de dívidas estarão vinculados a queda de receita
19. Deputado quer mais empresas nos regimes Simples e MEI

## 20. GRÁFICOS

## RELATÓRIO

O professor Diógenes da Cunha Lima e o presidente do Conselho Regional do **Sesc RN**, Marcelo Queiroz, recebem para a tarde de lançamento do livro ‘O Pequeno Príncipe’, hoje (16) das 16h30 às 20h00 no Baobá do poeta, da Rua São José, em Lagoa Seca.

A **Fecomércio RN** conduz discussão técnica em audiência pública sobre o Plano Diretor de Natal. O presidente da **Fecomércio RN**, Marcelo Queiroz, relembrou que a entidade também promoveu diversas ações, como seminários e encontros técnicos, compartilhando informações com os poderes públicos, sociedade civil organizada e interessados no tema, com objetivo de alinhar o discurso de uma cidade melhor para a população, para os turistas e investidores.

O presidente da **Fecomércio RN**, Marcelo Queiroz, foi homenageado, na segunda-feira (13), pela Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Rio Grande do Norte (ABIH-RN), durante evento de final de ano que reuniu hoteleiros, autoridades do poder público, representantes de entidades e empresas ligadas ao trade. O presidente da **Fecomércio** falou das ações que o Sistema **Fecomércio**, **Sesc** e **Senac** desenvolvem, voltadas diretamente ao turismo e fez uma análise do posicionamento da entidade durante a Pandemia.

O Turismo Social preparou um pacote super especial: Belezas Potiguares. As passagens aéreas não estão inclusas no pacote, apenas os passeios de barco, jardineira e city tour, hospedagem no Hotel **Senac** Barreira Roxa, transporte em ônibus de turismo no Rio Grande do Norte por todo o período da excursão, três refeições e guia de turismo local.

O prefeito eleito de Natal do período após a redemocratização, não participou da discussão sobre o Plano Diretor que aconteceu durante o seminário da última segunda-feira, no auditório da Casa da Indústria.

O escritório da Galápagos Capital, passou a contar como um escritório em Natal, numa ação em expansão no país, no evento de lançamento que aconteceu no Chaplin Recepções, na quarta-feira (15). Será gerido pelo empresário Paulo Galinho e terá a missão de oferecer oportunidades de investimentos e créditos.

O adiantamento do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o processo de privatização da Eletrobras foi causado pelo pedido do ministro Vital do Rego de mais tempo para estudar o caso. As ações da Eletrobras chegaram a recuar mais de 10% pela manhã, mas recuperaram a maior parte das perdas ao longo do dia e fecharam em baixa de 0,41%, a R\$34,38.

As entidades ligadas ao agronegócio e ao comércio exterior estimam que o embargo chinês a carne brasileira tenha causado prejuízo de cerca de R\$1,5 bilhão. A Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) projeta perdas de US\$1,6 bilhão.

O Congresso concluiu a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios, que viabiliza o Auxílio Brasil de R\$400 no próximo ano. No total, o projeto libera um gasto de R\$106 bilhões no Orçamento de 2022.

O senador Ângelo Coronel (PSD-BA) protocolou ontem um novo projeto de lei que reajusta a tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) e amplia o limite de isenção para R\$3,3 mil ante os atuais R\$1,9 mil, conforme O Globo já havia adiantado.

De acordo com o indicador IBC-Br (indicador de atividades econômicas) do Banco Central, a economia encolheu 0,40% em outubro em relação ao mês anterior. O IBGE também apontou retração em outubro nos três setores da economia que pesquisa.

A equipe do ministro Paulo Guedes (Economia) entrou em alerta diante da possibilidade de a Câmara ampliar de forma significativa o alcance do programa de renegociação de dívidas com a União, o Refis, que está sendo discutido no Congresso.

Foi aprovado na quarta-feira (15) pela Câmara dos Deputados, o projeto de lei que muda o modelo de concorrência para o serviço de transporte rodoviário de passageiros, interestadual e internacional.

O relator do projeto do Refis (parcelamento de débitos tributários) para as médias e grandes empresas, deputado André Fufuca (PP-MA), desistiu de acabar com a vinculação dos descontos do programa ao faturamento das empresas durante a pandemia da covid-19.

A correção da tabela de enquadramento das empresas no Simples e no Microempreendedor individual (MEI) também está no pacote de medidas em pauta na Câmara para dar fôlego aos pequenos negócios em 2022.

## É hoje que Diógenes da Cunha Lima e Marcelo Queiroz recebem para o lançamento do "O Pequeno Príncipe"

Link	<a href="http://blog.tribunadonorte.com.br/territoriolivre/e-hoje-que-diogenes-da-cunha-lima-e-marcelo-queiroz-recebem-para-o-lancamento-do-o-pequeno-principe/">http://blog.tribunadonorte.com.br/territoriolivre/e-hoje-que-diogenes-da-cunha-lima-e-marcelo-queiroz-recebem-para-o-lancamento-do-o-pequeno-principe/</a>
Data da publicação	15/12/2021
Veículo	Blog Território Livre
Classificação	Positivo

É hoje que Diógenes da Cunha Lima e Marcelo Queiroz recebem para o lançamento do “O Pequeno Príncipe”

 Beбето Torres |  15 de dezembro de 2021, 22 horas atrás |  0

É hoje que o Professor **Diógenes da Cunha Lima** e o Presidente do Conselho Regional do SESC RN, **Marcelo Queiroz**, recebem para a tarde de lançamento do livro “O Pequeno Príncipe”, que tem tradução de **Ivo Barroso** e ilustrações de **Raquel Matsushita**.

No Baobá do Poeta, da Rua São José, em Laoga Seca.

Das 16h30 às 20h00, lembrando que às 16h30 em ponto acontece a “sessão solene-oficial de lançamento”.

## Fecomércio RN conduz discussão técnica em audiência pública sobre o Plano Diretor de Natal

Link	<a href="https://pordentrodorn.com.br/2021/12/15/fecomercio-rn-conduz-discussao-tecnica-em-audiencia-publica-sobre-o-plano-diretor-de-natal/">https://pordentrodorn.com.br/2021/12/15/fecomercio-rn-conduz-discussao-tecnica-em-audiencia-publica-sobre-o-plano-diretor-de-natal/</a>
Data da publicação	15/12/2021
Veículo	Por Dentro do RN
Classificação	Positivo



## Fecomércio RN conduz discussão técnica em audiência pública sobre o Plano Diretor de Natal

15 de dezembro de 2021 / Por Redação PDRN / Câmara Municipal de Natal, Cidades, Natal, Política, Rio Grande do Norte

*Fecomércio RN publicou cartilha e vídeos sobre os benefícios da revisão do Plano Diretor de Natal em seu website na Internet.*

Em reunião extraordinária da *Comissão de Finanças da Câmara Municipal de Natal* sobre o *Plano Diretor* da capital, a *Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio RN)*, representando o setor produtivo, conduziu apresentações para aprofundar pontos técnicos sobre o documento que será colocado em votação até o dia 23 de dezembro.



Além da *Federação do Comércio*, a *Câmara Municipal* recebeu representantes da *Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte (Fiern)*, *Federação da Agricultura, Pecuária e Pesca do RN (Faern)*, *Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Rio Grande do Norte (ABIH-RN)*, *Associação Comercial e Empresarial do Rio Grande do Norte (ACRN)*, *Natal Convention Bureau*, *Sindicato das Empresas do Turismo (Sindetur/RN)* e *Associação dos Empresários do Bairro do Alecrim (AEBA)*.



#### *Divulgação/Fecomércio RN*

Presidente da comissão, o vereador Ranieri Barbosa, lembrou que a *Fecomércio RN* participou das nove audiências públicas, em comissões técnicas da casa municipal e na comissão especial referente a análise da minuta do *Plano Diretor*. *"Parablenzo a iniciativa da Fecomércio RN, que comanda este movimento, pela sua participação e comprometimento sobre o assunto, sempre pautando o debate de forma técnica e respeitosa"*, afirmou.

O presidente da *Fecomércio RN*, Marcelo Queiroz, lembrou que a entidade também promoveu diversas ações, como seminários e encontros técnicos, compartilhando informações com os poderes públicos, sociedade civil organizada e interessados no tema, com o objetivo de alinhar o discurso de uma cidade melhor para a população, para os turistas e investidores.

*"Estimular a criação de um ambiente de desenvolvimento é imprescindível. Precisamos desmistificar o conceito, extremamente equivocado, de que ser desenvolvimentista é algo negativo e que vai de encontro a conceitos basilares, como respeito e bom convívio com o meio ambiente e democratização de oportunidades. Esse cenário é perfeitamente possível a partir de um conjunto de normas urbanísticas, ambientais e de mobilidade urbana que tenham no seu foco a preferência pela coletividade e pela modernização de nossas regras de ocupação do solo"*, afirmou o executivo da *Fecomércio RN*.





*Divulgação/Fecomércio RN*

Na Câmara, foram expostos cinco principais temas do documento que impactam diretamente a ocupação urbana da capital: Eixos Estruturantes; Verticalização; Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS), Zonas de Proteção Ambiental (ZPAs), Áreas Especiais de Interesse Turístico e Paisagístico (AEITP), apresentados pelos engenheiros Wilson Cardoso e Carlos Luiz, arquiteto Fabricio Amorim, e o coordenador da Câmara Empresarial do Turismo da Fecomércio, George Costa.

#### **Legislação para o Desenvolvimento Urbano**

O *Plano Diretor* é a principal legislação municipal que orienta o desenvolvimento urbano. É um conjunto de normas, elaboradas pelo poder público em parceria com a sociedade, com o objetivo de projetar a cidade desejada e promover a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes. Ele organiza o crescimento e a ocupação do município, a fim de garantir a função socioambiental da cidade. Em Natal, há 14 anos, a norma não passa por uma revisão.

## Fecomércio RN conduz discussão técnica em audiência pública sobre o Plano Diretor de Natal

Link	<a href="https://www.tribunadenoticias.com.br/2021/12/fecomercio-rn-conduz-discussao-tecnica.html?m=1">https://www.tribunadenoticias.com.br/2021/12/fecomercio-rn-conduz-discussao-tecnica.html?m=1</a>
Data da publicação	15/12/2021
Veículo	Tribuna de Notícias
Classificação	Positivo

### FECOMÉRCIO RN CONDUZ DISCUSSÃO TÉCNICA EM AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRETOR DE NATAL

📅 dezembro 15, 2021 📧



*Entidade publicou cartilha e vídeos sobre os benefícios da revisão do Plano Diretor de Natal, que estão disponíveis no endereço: [fecomerciorn.com.br](http://fecomerciorn.com.br)*

Em reunião extraordinária da Comissão de Finanças da Câmara Municipal de Natal sobre o Plano Diretor da capital, a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio RN), representando o setor produtivo, conduziu apresentações para aprofundar pontos técnicos sobre o documento que será colocado em votação até o dia 23 de dezembro.

Além da Federação do Comércio, a Câmara Municipal recebeu representantes da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte (Fiern), Federação da Agricultura, Pecuária e Pesca do RN (Faern), Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Rio Grande do Norte (ABIH-RN), Associação Comercial e Empresarial do Rio Grande do Norte (ACRN), Natal Convention Bureau, Sindicato das Empresas do Turismo (Sindetur-RN) e Associação dos Empresários do Bairro do Alecrim (AEBA).

Presidente da comissão, o vereador Ranieri Barbosa, lembrou que a Fecomércio participou das nove audiências públicas, em comissões técnicas da casa municipal e na comissão especial referente a análise da minuta do Plano Diretor: “Parabenizo a iniciativa da Fecomércio, que comanda este movimento, pela sua participação e comprometimento sobre o assunto, sempre pautando o debate de forma técnica e respeitosa”, afirmou.

O presidente da Fecomércio RN, Marcelo Queiroz, lembrou que a entidade também promoveu diversas ações, como seminários e encontros técnicos, compartilhando informações com os poderes públicos, sociedade civil organizada e interessados no tema, com o objetivo de alinhar o discurso de uma cidade melhor para a população, para os turistas e investidores.

“Estimular a criação de um ambiente de desenvolvimento é imprescindível. Precisamos desmistificar o conceito, extremamente equivocado, de que ser desenvolvimentista é algo negativo e que vai de encontro a conceitos basilares, como respeito e bom convívio com o meio ambiente e democratização de oportunidades. Esse cenário é perfeitamente possível a partir de um conjunto de normas urbanísticas, ambientais e de mobilidade urbana que tenham no seu foco a preferência pela coletividade e pela modernização de nossas regras de ocupação do solo”, afirmou o executivo da Fecomércio RN.

Na Câmara, foram expostos cinco principais temas do documento que impactam diretamente a ocupação urbana da capital: Eixos Estruturantes; Verticalização; Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS), Zonas de Proteção Ambiental (ZPAs), Áreas Especiais de Interesse Turístico e Paisagístico (AEITP), apresentados pelos engenheiros Wilson Cardoso e Carlos Luiz, arquiteto Fabricio Amorim, e o coordenador da Câmara Empresarial do Turismo da Fecomércio, George Costa.

#### **Legislação para o Desenvolvimento Urbano**

O Plano Diretor é a principal legislação municipal que orienta o desenvolvimento urbano. É um conjunto de normas, elaboradas pelo poder público em parceria com a sociedade, com o objetivo de projetar a cidade desejada e promover a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes. Ele organiza o crescimento e a ocupação do município, a fim de garantir a função socioambiental da cidade. Em Natal, há 14 anos, a norma não passa por uma revisão.



## Fecomércio RN conduz discussão técnica em audiência pública sobre o Plano Diretor de Natal

Link	<a href="https://www.portaldatropical.com.br/news/fecomercio-conduz-discussao-tecnica-em-audiencia-publica-sobre-o-plano-diretor-de-natal">https://www.portaldatropical.com.br/news/fecomercio-conduz-discussao-tecnica-em-audiencia-publica-sobre-o-plano-diretor-de-natal</a>
Data da publicação	15/12/2021
Veículo	Portal da Tropical
Classificação	Positivo

### Fecomércio conduz discussão técnica em audiência pública sobre o Plano Diretor de Natal

Redação/Portal da Tropical

15/12/2021 16:21 - Atualizado em: 15/12/2021 16:24



Foto: Divulgação/Fecomércio

Em reunião extraordinária da Comissão de Finanças da Câmara Municipal de Natal sobre o Plano Diretor da capital, a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio RN), representando o setor produtivo, conduziu apresentações para aprofundar pontos técnicos sobre o documento que será colocado em votação até o dia 23 de dezembro.

Além da Federação do Comércio, a Câmara Municipal recebeu representantes da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte (Fiern), Federação da Agricultura, Pecuária e Pesca do RN (Faern), Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Rio Grande do Norte (ABIH-RN), Associação Comercial e Empresarial do Rio Grande do Norte (ACRN), Natal Convention Bureau, Sindicato das Empresas do Turismo (Sindetur-RN) e Associação dos Empresários do Bairro do Alecrim (AEBA).

Presidente da comissão, o vereador Ranieri Barbosa, lembrou que a Fecomércio participou das nove audiências públicas, em comissões técnicas da casa municipal e na comissão especial referente a análise da minuta do Plano Diretor. "Parabenizo a iniciativa da Fecomércio, que comanda este movimento, pela sua participação e comprometimento sobre o assunto, sempre pautando o debate de forma técnica e respeitosa", afirmou.

O presidente da Fecomércio RN, Marcelo Queiroz, lembrou que a entidade também promoveu diversas ações, como seminários e encontros técnicos, compartilhando informações com os poderes públicos, sociedade civil organizada e interessados no tema, com o objetivo de alinhar o discurso de uma cidade melhor para a população, para os turistas e investidores.

“Estimular a criação de um ambiente de desenvolvimento é imprescindível. Precisamos desmistificar o conceito, extremamente equivocado, de que ser desenvolvimentista é algo negativo e que vai de encontro a conceitos basilares, como respeito e bom convívio com o meio ambiente e democratização de oportunidades. Esse cenário é perfeitamente possível a partir de um conjunto de normas urbanísticas, ambientais e de mobilidade urbana que tenham no seu foco a preferência pela coletividade e pela modernização de nossas regras de ocupação do solo”, afirmou o executivo da Fecomércio RN.

Na Câmara, foram expostos cinco principais temas do documento que impactam diretamente a ocupação urbana da capital: Eixos Estruturantes; Verticalização; Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS), Zonas de Proteção Ambiental (ZPAs), Áreas Especiais de Interesse Turístico e Paisagístico (AEITP), apresentados pelos engenheiros Wilson Cardoso e Carlos Luiz, arquiteto Fabricio Amorim, e o coordenador da Câmara Empresarial do Turismo da Fecomércio, George Costa.

#### **Legislação para o Desenvolvimento Urbano**

O Plano Diretor é a principal legislação municipal que orienta o desenvolvimento urbano. É um conjunto de normas, elaboradas pelo poder público em parceria com a sociedade, com o objetivo de projetar a cidade desejada e promover a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes. Ele organiza o crescimento e a ocupação do município, a fim de garantir a função socioambiental da cidade. Em Natal, há 14 anos, a norma não passa por uma revisão.

## Marcelo Queiroz recebe homenagem da ABIH pelo apoio da Fecomércio ao turismo

Link	<a href="https://www.grandeponto.com.br/noticia/marcelo-queiroz-recebe-homenagem-da-abih-pelo-apoio-da-fecomercio-ao-turismo">https://www.grandeponto.com.br/noticia/marcelo-queiroz-recebe-homenagem-da-abih-pelo-apoio-da-fecomercio-ao-turismo</a>
Data da publicação	15/12/2021
Veículo	Portal Grande Ponto
Classificação	Positivo

15/12/2021 10:11

### Marcelo Queiroz recebe homenagem da ABIH pelo apoio da Fecomércio ao turismo



O presidente da Fecomércio RN, Marcelo Queiroz, foi homenageado, nesta segunda-feira (13), pela Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Rio Grande do Norte (ABIH RN), durante evento de final de ano que reuniu hoteleiros, autoridades do poder público, representantes de entidades e empresas ligadas ao trade. O encontro foi marcado por um balanço dos projetos da entidade nos últimos dois anos e pelo reconhecimento que também foi entregue às seguintes personalidades: Ana Maria Costa, secretária de Turismo do RN; Fernando Fernandes, secretário de Turismo de Natal; Fernando Paiva, hoteleiro mais antigo; Manuel Linhares, presidente da ABIH Nacional.

O presidente da ABIH RN, Abdon Gosson, fez a entrega da homenagem a Queiroz e ressaltou o papel do Sistema Fecomércio RN. “Todos aqui devem olhar com bons olhos para o turismo do Rio Grande do Norte, porque inúmeras famílias sobrevivem desta atividade econômica, uma das mais importantes do nosso estado. O trabalho de Marcelo na Fecomércio serve como lição para todos que estão aqui. Quero agradecer pelos inúmeros projetos desenvolvidos em prol do turismo e pela parceria constante com a ABIH”, afirmou.



O presidente da Fecomércio falou em nome dos homenageados e destacou a importância do momento. “Quero agradecer pelo reconhecimento recebido nesta noite, o qual muito me honra. Assim como certamente é um motivo de alegria para os colegas que também foram com ele agraciados, um deles, o amigo de luta Fernando Paiva, que foi nosso conselheiro do Sesc, Senac e da diretoria da Fecomércio, nossa referência de hotelaria potiguar, com quem aprendi muito”, disse Queiroz.

Em sua fala, ele ainda listou as ações que o Sistema Fecomércio, Sesc e Senac desenvolvem, voltadas diretamente ao turismo e fez uma análise do posicionamento da entidade durante a Pandemia. “Buscamos uma postura proativa diante da crise e não medimos esforços em construir soluções e colaborar com iniciativas de apoio aos empresários e profissionais do turismo. Mesmo nos momentos mais críticos, procuramos manter o diálogo e a cooperação na busca dos melhores caminhos. Nossa compreensão, desde o primeiro momento, foi de que, somente com união e uma convergência de ações, poderíamos sair daquela situação tão crítica. A lista de ações desenvolvidas é imensa, com impactos em áreas como capacitação, planejamento, desenvolvimento de governança, promoção, inteligência, representação política, dentre outras. Este reconhecimento, recebido da ABIH-RN, reforça a nossa sensação e de dever cumprido e a certeza de que estamos trilhando o caminho certo”, destacou.

## Hoteleiros potiguares realizam confraternização 2021

Link	<a href="https://www.abihrn.com.br/2021/12/15/hoteleiros-potiguares-realizam-confraternizacao-2021/">https://www.abihrn.com.br/2021/12/15/hoteleiros-potiguares-realizam-confraternizacao-2021/</a>
Data da publicação	15/12/2021
Veículo	ABIH RN
Classificação	Positivo

### Hoteleiros potiguares realizam confraternização 2021

Homenagens e muita emoção tomaram conta da confraternização da ABIH-RN que aconteceu nesta segunda-feira (13), no **Hotel Escola Barreira Roxa**. O evento contou com a presença de autoridades, imprensa e hotelaria potiguar.

Emocionado o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Rio Grande do Norte (ABIH-RN), Abdon Gosson, agradeceu a parceria dos hoteleiros e fez uma retrospectiva das ações executadas desde sua chegada a Associação.

“Realizamos ações de divulgação do destino em 15 cidades brasileiras e participamos de oito feiras por todo Brasil. Durante a pandemia fizemos campanha para arrecadar cestas básicas e Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) para os profissionais de saúde do Amazonas, realizamos uma ação na sede para que os colaboradores dos hotéis associados recebessem a vacina da gripe H1N1”, disse Abdon.

Além disso, o evento homenageou autoridades que contribuem para o setor turístico do nosso estado, como o presidente da Fecomércio RN, Marcelo Queiroz, o Secretário de Turismo de Natal, Fernando Fernandes, a Secretária de Turismo do RN, Ana Costa, representada pela chefe de gabinete, Lorayne Gomes, o presidente da ABIH Nacional, Manoel Linhares e Fernando Paiva, um dos hoteleiros mais influentes de Natal.

“É muito bom estar com vocês hoje, comemorando juntos essa passagem para 2022, justamente agora que o turismo vem se recuperando. Foi um ano difícil e de um trabalho árduo. Toda a equipe da ABIH-RN só tem a agradecer a cada um de vocês que direta ou indiretamente fazem do nosso estado um polo importante do turismo no Brasil”, ressaltou o presidente.

O presidente da Fecomércio RN, Marcelo Queiroz, disse que recebeu com muita alegria a homenagem da Associação. “A frente da Fecomércio, temos desenvolvidos ações e projetos que impactam diretamente o segmento, um dos mais importantes da nossa cadeia econômica. Obrigado presidente Abdon Gosson por esse reconhecimento que reforça a nossa sensação de dever cumprido e a certeza de que estamos trilhando o caminho certo”.

Além das autoridades já citadas, compareceram a confraternização os deputados estaduais Hermano Moraes e Coronel Azevedo, os vereadores de Natal, Aldo Clemente e Hermes Câmara, Ana Rita Gadelha, Gerente de Promoções da Emprotur, Luiz Lacerda, vice-presidente da Fecomércio RN, Marcelo Toscano, Diretor de Operações do Sebrae-RN, Itamar Manso, presidente da Associação Comercial e Empresarial do Rio Grande do Norte e profissionais ligados a imprensa.

Para a realização da confraternização a ABIH-RN contou com a parceria do Sistema Fecomércio, Blimplak Brindes, Camarão Potiporão, Boticário, Realgem's Amenities, Leite Clan, Lampadinha, Café 3 Corações, Laticínio Sertã Jucurutu, Chopp Oktus, Vinho Baobá, Cachaça Samanau, Cachaça Mipibu, Ótica Lotus, Supermercado Nordestão, Farmafórmula, Nossa Festa, Rede Mais e WT Distribuição E Serviços – Soluções Em Higiene E Limpeza Profissional.







## Conheça as belezas do Rio Grande do Norte com o Sesc

<b>Link</b>	<a href="https://www.sescma.com.br/2021/12/15/conheca-as-belezas-do-rio-grande-do-norte-com-o-sesc/">https://www.sescma.com.br/2021/12/15/conheca-as-belezas-do-rio-grande-do-norte-com-o-sesc/</a>
<b>Data da publicação</b>	15/12/2021
<b>Veículo</b>	Sesc Maranhão
<b>Classificação</b>	Positivo

## Conheça as belezas do Rio Grande do Norte com o Sesc

15/12/2021 às 16:16 por Amanda Machado



Janeiro é mês de férias, tempo de relaxar e desbravar novos lugares e culturas. Para quem ama o Nordeste, o Turismo Social preparou um pacote super especial: Belezas Potiguar. De 19 a 26 de janeiro você conhecerá Natal, Pipa, Genipabu, São Miguel do Gostoso e Barra do Canhaú com o Sesc. Confira o roteiro completo [aqui](#)

As passagens aéreas não estão inclusas no pacote, apenas os passeios de barco, jardineira e city tour, hospedagem no Hotel Senac Barreira Roxa, transporte em ônibus de turismo no Rio Grande do Norte por todo o período da excursão, três refeições e guia de turismo local.

O pacote já está à venda no <https://cliente.sescma.com.br/> e pode ser parcelado em até 12 x sem juros. Conheça o roteiro completo e garanta já sua vaga para conhecer o melhor do Rio Grande do Norte com o Turismo Social.



Link	Página 2
Data da publicação	16/12/2021
Veículo	Tribuna do Norte
Classificação	Notícia de Interesse

## O PLANO DIRETOR

**GARIBALDI FILHO**

Ex-senador da República

Lamentei bastante não ter participado da discussão sobre o Plano Diretor, durante o seminário da última segunda-feira, no auditório da Casa da Indústria. Como primeiro prefeito eleito de Natal do período após a redemocratização, não deixaria de dar a minha contribuição à reunião promovida por este jornal e pela Fiern.

Tenho consciência de que a minha participação não seria tão relevante em face já do amadurecimento do debate. Afinal, a Câmara Municipal só tem até o dia 23 deste mês para encerrar a discussão que antecede a votação do projeto de revisão do Plano Diretor.

Como o apoio da população chega a 87%, de acordo com a pesquisa divulgada no próprio seminário, o debate sobre a atualização do Plano Diretor parece estar no caminho certo.

A sociedade demonstra apoiar a proposta de revisão, que

coloca a cidade com uma legislação de uso do solo mais moderna e inteligente, de acordo com os índices apresentados pela sondagem do Instituto Conectar, contratada pela Fiern.

Por ocasião do Seminário, o prefeito Álvaro Dias também defendeu, na sua intervenção, a verticalização de Natal, nos principais corredores da cidade, áreas nas quais estão concentrados os serviços públicos e a principal infraestrutura urbana.

Favorável à ideia de estimular os investimentos da construção civil, o prefeito disse esperar que sejam retiradas as limitações para obras de prédios mais altos na nossa capital. A proposta de revisão do Plano Diretor prevê o aumento do gabarito em determinadas áreas da cidade e a transformação de eixos estruturantes em regiões adensáveis. Disse ainda o prefeito que nossa orla não deve ser tão horizontalizada, porque se trata do lugar mais agradável de se morar.

Ele foi enfático ao explicar as mudanças previstas no pro-



Assim, a cidade estará apta a uma retomada dos investimentos imobiliários. Isso terá influência positiva na geração de empregos e ajudará para um novo ciclo de desenvolvimento econômico.”

to de revisão do Plano Diretor e apontar que é preciso adotar as medidas para a revitalização do centro histórico. Resaltou que não se pode adiar o resgate da Ribeira, que tem potencial para ser uma área da ci-

dade com empreendimentos, se forem adotados os incentivos adequados.

Ao mostrar que é inadiável essas mudanças no Plano Diretor, o prefeito destacou que foi por causa de restrições ao crescimento imobiliário que Natal perdeu mais de 300 mil habitantes para cidades vizinhas como Parnamirim, São Gonçalo, Extremoz e Macaíba.

Por tudo isso, ficou demonstrado que não se pode adiar a aprovação do projeto que está em tramitação na Câmara Municipal para atualização dessa lei tão importante para a população.

E, se o prazo do dia 23 de dezembro para a votação em plenário se confirmar, a cidade começará 2022 com uma legislação de uso e ocupação do solo atualizada.

Assim, estará apta a uma retomada dos investimentos imobiliários. Isso terá influência positiva na geração de empregos e ajudará para um novo ciclo de desenvolvimento econômico.

Link	Página 6
Data da publicação	16/12/2021
Veículo	Tribuna do Norte
Classificação	Notícia de Interesse

# Gestora de investimentos, a Galápagos abre filial em Natal

« **MERCADO** » Escritório da Galápagos Capital, que está em expansão no País, será gerido pelo empresário Paulo Galindo e terá a missão de oferecer oportunidades de investimentos e crédito

Fundada há quase dois anos com o objetivo de oferecer oportunidades de investimentos e operações de créditos, a Galápagos Capital passa a contar com um escritório em Natal, numa ação de expansão da empresa no País. O evento de lançamento aconteceu no Chaplin Recepções, nesta quarta-feira (15), em Natal.

Ao lado de investidores, acionistas, empresários de Natal e com a presença do CEO da Riachuelo, Flávio Rocha, os interlocutores da Galápagos explicaram as possibilidades e os modelos de negócio da gestora de investimentos alternativos. Para o sócio-fundador da Galápagos Capital, Carlos Fonseca, "a função social dos bancos foi mudando ao longo do tempo".

"Nossa função social é procurar aproximar aquele cliente que precisa de dinheiro daquele que precisa aplicar. Essa é nossa função ao fim do dia. De um lado temos uma série de operações de crédito, linhas que fazemos, e do outro, nossos clientes que querem investir



Carlos Fonseca (e) esteve em Natal ontem na abertura do escritório

seus recursos. Procuramos aproximá-los, de modo que o mercado de capitais se desenvolva", explica. As taxas são variáveis a partir da situação de cada cliente.

A Galápagos Capital foi fundada em março de 2019 pelo ex-executivo do BTG Pactual e C6 Bank, Carlos Fonseca. Atualmente, segundo dados da empresa, já são em torno de R\$ 6 bilhões sob gestão da companhia,

com mais de 9 mil clientes e cotistas sob gestão e cerca de 130 profissionais contratados. A administração dos recursos da Galápagos varia entre fundos de investimentos, previdência, imobiliários e créditos estruturados.

Natal passa a ser a segunda cidade do Nordeste, a outra é Salvador, a contar com um escritório da empresa. Cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Porto Alegre, Campinas,

Curitiba, Manaus, Brasília e Miami, nos Estados Unidos, também possuem escritórios da companhia. "Achamos que o Nordeste tem muito espaço para crescer, são poucos que procuram se dedicar a essa região e acreditamos que o RN, nós devemos dedicar nossa atenção e fomentar a região", complementa Fonseca.

Na capital potiguar, o escritório ficará localizado no Chaplin Recepções, em Areia Preta, zona Leste de Natal, e terá como responsável o empresário Paulo Galindo.

"O diferencial competitivo da Galápagos é que não é uma empresa que só investe na bolsa, mas investe nesses fundos, que dão maiores rentabilidades aos clientes. Sai daquele modelo tradicional e trabalha de forma mais equalizada com esses fundos de investimentos. Capta com uma mão e empresta com a outra", citou, Galindo, que em seu discurso, frisou o andamento das discussões relativas ao Plano Diretor de Natal na Câmara Municipal.



Link	Página 17
Data da publicação	16/12/2021
Veículo	O Globo
Classificação	Notícia de Interesse

CRONOGRAMA APERTADO

# MAIS LONGE DA PRIVATIZAÇÃO

## TCU adia análise sobre venda da Eletrobras.

### Mercado vê risco de operação não sair em 2022

MANOEL VENTURA, STEPHANIE TONDO, VÍTOR DA COSTA E SERGIORRICO [sergiorrico@globo.com](mailto:sergiorrico@globo.com)

Um pedido de vista adiou mais uma vez a decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o processo de privatização da Eletrobras. O adiamento foi causado pelo pedido do ministro Vital do Rêgo de mais tempo para estudar o caso. As ações da Eletrobras chegaram a recuar mais de 10% pela manhã, mas recuperaram a maior parte das perdas ao longo do dia e fecharam em baixa de 0,41%, a R\$ 34,38. Na avaliação dos especialistas, o novo adiamento já coloca em risco o cronograma de venda da estatal. Em razão das restrições do ano eleitoral, a expectativa é que o negócio pode não ser concluído em 2022.

Para Rodrigo Natali, estrategista-chefe da casa de análise inversa, o mercado já precipitou a privatização apenas depois das eleições:

— Depois da decisão do TCU, as ações da Eletrobras chegaram a cair 10% e voltaram, o que mostra que para isso vê o como uma novidade ou susto. Mas a gente avalia que a privatização não acontecerá até o próximo governo — disse, acrescentando que, para o investidor, o que importa é que a venda da companhia aconteça, mesmo que não em 2022. — Existe avontade dos investidores e do setor elétrico que isso aconteça. É vantajoso para a empresa, a indústria e até para o governo.

Fernando Abdalla, analista do JP Morgan, destaca que a agenda proposta pelo governo já parecia apertada. E avalia que agora há uma pressão maior sobre o *timing*.

**RESTRIÇÃO EM ANO ELEITORAL**

A próxima sessão do TCU está marcada para 19 de janeiro, mas ainda não está claro se o tema será levado à corte nessa ocasião. O novo adiamento é um revés nos planos do governo de privatizar a estatal no próximo ano. O cronograma original previa que a análise de

operação pelo TCU deveria ter ocorrido semana passada.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, porém, minimizou o impacto do entrave:

— O TCU pediu vista, o ministro quer dar uma olhada, tudo bem. A única coisa que quepeço é que a gente não retarde o processo. O presidente foi eleito, falou em privatização, estamos andando, é natural que o ministro peça vista, que a gente atenda, perceba qual a dívida dele, atenda, e acabou. Vamos seguir o jogo.

Durante a reunião, os ministros chegaram a ventilar a possibilidade de uma sessão na próxima semana, mas ficou decidido um meio termo. O Ministério de Minas e Energia (MME) e a Eletrobras poderão seguir com os estudos de privatização, mesmo com o processo parado no TCU. Mas os ministros da Corte decidiram que o ministério só poderá realizar a operação após o aval explícito do TCU. O ministro

Benjamin Zymler reconheceu que um atraso maior na análise pode impedir a privatização no próximo ano.

— Esse pedido de vista compromete substancialmente o cronograma de privatização. Para ser realizada a capitalização em abril, nós podemos utilizar como referência as demonstrações da Eletrobras do quarto trimestre. Após isso, teremos que utilizar as demonstrações do primeiro trimestre de 2022. Ai eu diria que as chances de ocorrer a privatização em 2022 é praticamente impossível — disse.

Zymler já adiantou que votará pela privatização sem muitas mudanças, assim como fizeram outros ministros do tribunal. Também a favor da operação, o ministro Walton Alencar Rodrigues citou o derretimento das ações da Eletrobras por conta da decisão do TCU:

— A sinalização que o TCU está oferecendo ao mercado é que a privatização não será

efetivada. Essa privatização decorre da falta de capital do Estado em investir.

O governo corre contra o tempo para ter o aval da corte e concluir a operação até maio de 2022, prazo definido pelo Executivo como limite para a desestatização. Depois disso, a avaliação é que não será possível fazer a operação, por conta dos prazos legais e da proximidade com o período eleitoral.

Além desse julgamento, o TCU ainda precisará analisar detalhes do processo de privatização. Por isso, o adiamento de ontem pode comprometer o cronograma.

## R\$ 23 bi

É quanto o governo espera levantar com a venda. Outros R\$ 30 bilhões seriam destinados a um fundo setorial para amenizar a alta na conta de luz

Dentro do governo, a visão é que Vital do Rêgo pediu vista atendendo a um pedido do senador Renan Calheiros (MDB-AL), de quem é aliado.

**CRÍTICAS AO MODELO**

Em seu voto, ao qual o GLOBO teve acesso, Cedraz afirma que as informações apresentadas pelo MME estão incompletas e que são necessários novos estudos sobre o aproveitamento das hidrelétricas da estatal e sobre os parâmetros dos cálculos dos contratos que serão assinados pela Eletrobras privada com o governo.

Especialistas afirmam, em condição de anonimato, que se o TCU fizer muitas exigências que alterem os preços da operação, a privatização pode não sair. O ministro Raimundo Carreiro pediu que sejam feitas recomendações e não determinações ao MME, para não impedir a venda.

A privatização prevê o pagamento pela Eletrobras privada

de R\$ 23,2 bilhões para o Tesouro Nacional; R\$ 8,7 bilhões em dez anos para a revitalização de bacias hidrográficas; e R\$ 30 bilhões a um fundo do setor elétrico para amenizar as altas nas contas de luz.

Cedraz afirma que o pagamento para a revitalização das bacias hidrográficas pode ser inconstitucional. A previsão é pagar pela revitalização da Bacia do Rio São Francisco, de rios em Minas Gerais e para a energia da Amazônia. São demandas antigas de políticos locais.

Outro ponto criticado por Cedraz é a possibilidade de impacto nas contas de luz para os grandes consumidores de energia, principalmente a indústria. O governo afirma que as obrigações impostas à nova Eletrobras não afetariam as tarifas cobradas dos consumidores finais. Isso porque a nova companhia teria de destinar recursos para um fundo setorial do setor elétrico.



Impacto. Após da Eletrobras chegar a cair 10%, mas fecharam em leve baixa. Avaliação é que privatização ainda deve sair, pois estudos do governo continuaram a ser feitos, mas negócio pode ficar para 2023

## Impacto para exportadores com suspensão de vendas chega a US\$ 1,5 BI

Link	Página 18
Data da publicação	16/12/2021
Veículo	O Globo
Classificação	Notícia de Interesse

### Impacto para exportadores com suspensão de vendas chega a US\$ 1,5 bi

Entidades ligadas ao agronegócio e ao comércio exterior estimam que o embargo chinês à carne brasileira tenha causado prejuízo de cerca de US\$ 1,5 bilhão. A Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), no mês passado, chegou a estimar perdas em torno de US\$ 2 bilhões, considerando quatro meses de em-

bargo, mas refez o cálculo após a suspensão deste.

Já a Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) projeta perdas de US\$ 1,6 bilhão.

A Associação Brasileira de Frigoríficos (Abrafrigo), por sua vez, estima que em outubro de 2021, no auge do embargo, houve queda de

43% no volume e de 31% da receita das exportações.

O ex-secretário de Comércio Exterior Welber Barral não tem um cálculo preciso sobre as perdas. Mas avalia que o impacto foi atenuado pela decisão da China de permitir a entrada de carnes que haviam sido em embarcadas antes do veto.

Já o Ministério da Agricultura se mostra mais otimista.

— Ano passado, exportamos para o mundo pouco mais de US\$ 8 bilhões em carne bovina, e cerca de US\$ 4 bilhões foram para a China.

Neste ano, o resultado seria parecido. Acreditamos que, se houver alguma diferença, não será superior a 2% — afirmou Orlando Leite Ribeiro, secretário de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura.

#### APOSTA NO ANO NOVO CHINÊS

Ainda assim, diz, o prejuízo foi grande nos meses seguintes ao embargo. Segundo Barral, os frigoríficos seguraram o estoque, na esperança de melhora rápida do cenário, o que não aconteceu. Em novembro, por exemplo,

houve queda de 50% nas exportações de carne bovina, ante igual período de 2020.

— Eles (frigoríficos) não desovaram estoque no mercado brasileiro, vimos que não teve queda de preços. Havia expectativa de que o embargo fosse liberado a qualquer momento, houve muitas promessas do Ministério da Agricultura — disse Barral.

O impacto do embargo nos lucros futuros foi mensurado pela AEB, que prevê faturamento de R\$ 63,2 bilhões para o setor em 2022, contra R\$ 53,8 bilhões este ano. Mas, se a

suspensão tivesse ocorrido antes, o valor para o ano que vem seria de R\$ 74,26 bilhões.

Barral, porém, acredita que o setor deve retomar o patamar de faturamento anterior ao embargo já no primeiro semestre de 2022. O vice-presidente da AEB, Arthur Pimentel, aposta no Ano Novo chinês, em fevereiro:

— O feriado vai demandar muita proteína animal, e vão apostar na carne bovina.

Mas José Carlos Hausknecht, sócio diretor da MB Agro, tem dúvidas:

— Não é possível recuperar em curto prazo o que se deixou de exportar, porque não tem tempo nem carne suficiente para isso.

EQUINOR BRASIL ENERGIA LTDA.  
CNPJ nº 04.028.983/0001-10  
AVISO DE LICENÇA

A Equinor Brasil Energia Ltda. torna público que recebeu do IBAMA, a Licença de Operação (LO) Nº 1631/2021, com validade até 03/12/2031, para a Ampliação do Sistema de Produção no Campo de Peregrino (Fase II), na Bacia de Campos, Rio de Janeiro, 16 de Dezembro de 2021. Verônica Rezende Coelho - Vice Presidente Executiva



## Com PEC aprovada, governo terá R\$ 106 bi a mais

Link	Página 19
Data da publicação	16/12/2021
Veículo	O Globo
Classificação	Notícia de Interesse

# Com PEC aprovada, governo terá R\$ 106 bi a mais

Câmara conclui votação da proposta que vai viabilizar o Auxílio Brasil de R\$ 400 e outros gastos carimbados no Orçamento. Análise do texto durou cinco meses e terminou com resultado favorável aos planos do Executivo

MANOEL VENTURA  
manov@globo.com.br  
ma

Após cinco meses de polêmicas, o Congresso concluiu a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios, que viabiliza o Auxílio Brasil de R\$ 400 no próximo ano, vitiu eleitoral do presidente Jair Bolsonaro. No total, o projeto libera um gasto de R\$ 106 bilhões no Orçamento de 2022.

A análise foi finalizada após a Câmara concluir a votação da parte da PEC que limita o pagamento de precatórios, despesas do governo decorrentes de decisões judiciais. O texto foi aprovado ontem em segundo turno por 322 votos a favor e 141 contrários.

A PEC acabou sendo dividida em duas, validadas agora por Câmara e Senado. A primeira parte do texto já entrou em vigor, abrindo espaço de R\$ 92 bilhões no Orçamento de 2022 ao mudar o teto de gastos (regra que impede o crescimento das despesas da União).

As partes alteradas pelo Senado foram votadas e aprovadas pelos deputados. Ao limitar o pagamento de precatórios, essa segunda parte da PEC, agora avaliada pela Câmara, abre um es-

paço de R\$ 44 bilhões.

A aprovação coloca um ponto final na novela iniciada em julho, quando o ministro da Economia, Paulo Guedes, falou que o Orçamento de 2022 seria atingido por um "metrotro". Ele se referia à necessidade de pagar R\$ 89,1 bilhões, 62,8% sobre o registrado em 2021 para estas despesas, em precatórios no próximo ano, avaliando que isso impediria pagar um Auxílio Brasil — na época, R\$ 300.

— A PEC dos Precatórios garante o Auxílio Brasil, que é o mais importante avanço social do país — disse o líder do governo, deputado Ricardo Barros (PP-PR).

### UM PONTO REJEITADO

O governo mandou ao Congresso, então, uma PEC para parcelar os precatórios em dez anos, num movimento que gerou forte turbulência nos mercados e contestado por especialistas. O Congresso alterou a proposta e criou um limite para os precatórios até 2026. Além disso, mexeu no teto de gastos, levando a uma debandada na equipe de Guedes com a saída de secretários ligados ao Orçamento.

A mudança no teto foi articulada pela área política do



Fin da novela. Câmara terminou ontem, em segundo turno, votação da PEC que adia pagamento de precatórios

governo, que via uma chance de aumentar gastos com investimentos e obras em ano eleitoral. O Senado, então, decidiu carimbar os recursos da PEC ao determinar que o espaço orçamentário aberto pela medida só poderá ser usado para pagar o Auxílio Brasil e para despesas obrigatórias do governo federal, como aposentadorias e pensões.

Durante a votação de ontem, a Câmara rejeitou apenas um ponto alterado pelo

Senado. Os deputados foram contra um calendário criado pelo Senado para o pagamento dos precatórios do Fundef (antigo fundo da educação básica) com data específica para depósito. Os precatórios do Fundef somam R\$ 17 bilhões e são destinados principalmente aos estados da Bahia, Pernambuco, Ceará e Amazonas, todos adversários do presidente Jair Bolsonaro.

O Senado estabelecerá

um calendário de pagamento desses precatórios, garantindo que o dinheiro chegaria em abril de 2022, a pedido dos governadores. O acordo fechado na Câmara é para que esses precatórios não sigam esses calendários e sejam pagos ao longo do ano.

Deputados aliados ao governo não queriam ver os cofres de governadores opositores cheios às vésperas da eleição.

### Entenda as mudanças na Constituição

> O texto aprovado limita o pagamento de precatórios ao valor estimado em 2016 (R\$ 30,3 bilhões), reajustado pelo IPCA. A estimativa é que o teto seja de quase R\$ 45,3 bilhões no ano que vem. Terço prioritário no pagamento dos precatórios, os de pequeno valor, que equivalem a até 60 salários mínimos (R\$ 66 mil), ative outros.

> Precatórios do Fundef (antigo fundo de educação básica) de estados e municípios, ficarão forado

teto de gastos e 40% serão pagos em 2022.

> O texto coloca na Constituição o Auxílio Brasil, que deixa de ter caráter temporário e passa a ser permanente. "Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária", diz o texto.

## IR: Senado propõe correção da tabela, que isentaria 19 milhões

Link	Página 20
Data da publicação	16/12/2021
Veículo	O Globo
Classificação	Notícia de Interesse

### IR: Senador propõe correção da tabela, que isentaria 19 milhões

Projeto independente apresentado por Ângelo Coronel eleva limite a R\$ 3,3 mil

FERNANDA TRISOTTO  
ftrisotto@globo.com.br  
BRASIL

O senador Ângelo Coronel (PSD-BA) protocolou ontem novo projeto de lei que reajusta a tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) e amplia o limite de isenção para R\$ 3,3 mil ante os atuais R\$ 1,9 mil, conforme O GLOBO já havia adiantado.

De acordo com o senador, 19 milhões de pessoas, entre os 32 milhões de contribuintes, estarão isentas. As mudanças teriam um impacto fiscal de R\$ 35 bilhões ao ano.

Coronel é o relator da proposta que reforma o IR no Senado, mas já havia sinalizado que engavetaria o texto

aprovado pela Câmara por considerar as mudanças na tributação de empresas e dividendos muito ruins. Por isso decidiu apresentar um projeto independente para corrigir o IRPF.

#### FIM DA ALÍQUOTA DE 7,5%

Além de ampliar o limite de isenção para R\$ 3,3 mil, equivalente a três salários mínimos, o senador também reajustou as demais faixas da tabela.

“Essa proposta implica aumento de aproximadamente 68% no limite de isenção, fazendo também com que as rendas atualmente tributadas à alíquota de 7,5% fiquem isentas (até R\$ 3.300,00 mensais), o que eleva para mais de 19

milhões o universo de pessoas físicas isentas. As demais faixas de renda até R\$ 5.300 mensais também terão redução expressiva do imposto”, escreveu.

A proposta do senador altera a tabela do IRPF. Pessoas com renda entre R\$ 3.300,01 e R\$ 4.250 pagarão 15% de imposto. Os rendimentos entre R\$ 4.250,01 até R\$ 5.300 pagarão 22,5%. Já para aqueles que têm rendimentos superiores a R\$ 5.300,01, a alíquota será de 27,5%.

O texto acaba com a atual alíquota de 7,5%. Essas mudanças passariam a valer a partir de janeiro de 2022.

O senador ponderou que, embora sua proposta tenha um impacto de R\$ 35 bi-



IRPF. Ângelo Coronel argumenta que arrecadação maior compensará custo fiscal

lhões anuais, o aumento da arrecadação compensa a mudança.

“Cabe, contudo, ressaltar que o crescimento estrutural da arrecadação do Imposto de Renda, advindo da inflação e de recuperação econômica pós-pandemia, segundo a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia, promoverá um aumento de arrecadação de R\$ 60 bilhões anuais”, escreveu.

O projeto aprovado na Câ-

#### Guedes: missão do FMI no Brasil será encerrada

> O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou ontem, durante participação em evento com empresários na Fiesp, que a missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) será encerrada.

— Vou dizer, até com delicadeza, que nós estamos dispensando o FMI. Eles estão aqui há bastante tempo, havia bastante desequilíbrio. E eu assinei: pode voltar, pode passear lá fora.

Viram aqui para prever uma queda de 9,7%, e a Inglaterra ia cair 4%. Nós calmos 4%, a Inglaterra, 9,7%. Achamos melhor eles fazerem previsões em outro lugar — afirmou Guedes, sob aplausos da plateia.

> Guedes disse que o FMI foi importante no passado, mas afirmou já ter assinado o fim da cooperação que justifica a presença de representantes do FMI. (Sérgio Rios)

## Atividade econômica cai o dobro do esperado em outubro e acumula quatro meses de retração

Link	Página A14
Data da publicação	16/12/2021
Veículo	Folha de S. Paulo
Classificação	Notícia de Interesse

### Atividade econômica cai o dobro do esperado em outubro e acumula quatro meses de retração

Larissa Garcia

**BRASÍLIA** A economia encolheu 0,40% em outubro em relação ao mês anterior, de acordo com o indicador IBC-Br (indicador de atividade econômica) do Banco Central, divulgado nesta quarta-feira (15).

O recuo foi mais forte do que o de 0,20% previsto por analistas em pesquisa da Reuters.

Esta é a quarta queda seguida, de acordo com os últimos dados revisados. O indicador sinaliza recuo na retomada do setor produtivo neste ano e reforça a tese de atividade mais fraca para 2022.

Em setembro, a atividade caiu 0,46%, e, em agosto, 0,44%. Os dados podem ser

diferentes dos informados anteriormente porque a série passa por revisões frequentes.

No mês passado, a autoridade monetária divulgou queda de 0,27% em setembro e de 0,29% em agosto.

Os ajustes normalmente são residuais, mas, de acordo com o BC, nos últimos meses a diferença tem sido maior em razão dos choques causados pela pandemia de Covid-19.

Nas últimas mudanças, os dados passados pioraram, com quedas maiores que as divulgadas anteriormente e crescimentos menores.

Em julho, por exemplo, houve queda de 0,11% após o ajuste desse mês. O indicador do período passou de alta de 0,60%

Variação da atividade econômica mês a mês\*



\*Os números podem ser diferentes dos informados anteriormente porque a série foi revisada. Fonte: Banco Central

(antes do ajuste) para 0,23% na primeira revisão (em outubro) e depois para 0,18% (em novembro).

Em 12 meses, o setor produtivo cresceu 4,19%. No ano, a alta é de 4,99%.

Em março, mês marcado por novas rodadas de distanciamento social em razão do agravamento da pandemia, a economia encolheu 1,88%.

Segundo a revisão deste mês, o dado só ficou positivo em quatro meses deste ano, janeiro (0,45%), fevereiro (1,63%), abril (0,45%) e junho (0,07%).

O número é calculado com ajuste sazonal, que remove especificidades de um mês, como número de dias úteis, para facilitar a comparação com outros períodos.

Após o início da pandemia, o fechamento dos comércios e o distanciamento social afetaram a economia. Com a reabertura e flexibilização

das medidas restritivas, a atividade entrou em ritmo de recuperação.

Em março do ano passado, quando o vírus chegou ao país, houve redução de 5,92% no setor produtivo, segundo informado na época, já sob efeito do distanciamento social. Após a última revisão, a variação foi para queda de 4,95%.

O pior resultado foi registrado em abril de 2020, quando a economia caiu 9,73% (10,12% com revisão), nível mais baixo desde outubro de 2006 e maior queda entre um mês e outro em toda a série histórica, iniciada em 2003.

O IBGE também apontou retração em outubro nos três setores da economia que pesquisa. No mês, houve recuo de 0,6% na produção industrial, de 0,1% nas vendas do varejo e de 1,2% nos serviços, na comparação com setembro.

Com Reuters



Link	Página A16
Data da publicação	16/12/2021
Veículo	Folha de S. Paulo
Classificação	Notícia de Interesse

# Câmara pode ampliar Refis para grande empresa e põe a Economia em alerta

Versão do parecer dá descontos e benefícios independentemente da situação financeira do contribuinte

Ídiana Tomazelli

**BRÁSIL** A equipe do ministro Paulo Guedes (Economia) entrou em alerta diante da possibilidade de a Câmara ampliar de forma significativa o alcance do programa de renegociação de dívidas com a União, o Refis, que está sendo discutido no Congresso.

As mudanças podem favorecer grandes empresas devedoras, com descontos generosos em multas e juros, ainda que tenham tido lucro durante a pandemia de Covid-19.

Na versão anterior, aprovada no Senado, o programa concede os maiores benefícios para companhias que enfrentaram dificuldades na crise.

Parecer preliminar do relator, deputado André Fufuca (PP-MA), ao qual a Folha teve acesso, já indicava a direção das alterações e disparou a luz amarela no Ministério da Economia.

Nesta quarta-feira (15), o parlamentar apresentou o texto oficial, confirmando mudanças como a redução do valor do pagamento de entrada e a ampliação nas possibilidades de uso de créditos para abater o saldo das dívidas.

Os técnicos da área econômica do governo jái Bolsorano (PL) ainda calculam o tamanho da renúncia, que deve ficar na casa dos bilhões. O programa é classificado como "muito pior" do que havia sido aprovado no Senado.

Fufuca confirmou, antes da publicação do parecer, que pretendia ampliar o acesso ao programa. O relator ainda questionou o prejuízo apontado por técnicos da área econômica.

"Como é que você pode alegar que essas empresas vão ter condições de pagar se não for por meio do Refis, das condições que estamos criando? Se não vai pagar, consequentemente não vai ter arrecadação, o governo federal não vai receber esse recurso. Então está perdendo o quê?", disse Fufuca.

Pela LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), porém, a concessão de descontos ou o uso de créditos de prejuízo fiscal para abater o saldo devedor são considerados renúncias de receitas.

A versão preliminar do parecer dava a todos os contribuintes o mesmo tratamento em termos de benefícios e condições de parcelamento. O parecer protocolado nesta quarta-feira retoma o desenho que confere vantagens diferenciadas conforme o grau das perdas durante a pandemia, ao mesmo tempo em que flexibiliza as condições aprovadas pelo Senado.

"Queremos democratizar o acesso ao Refis, evitar judicialização futura, entender o cenário atual da pandemia, em que várias empresas estão passando por dificuldades. Qual é a empresa que tem hoje 32% do que deve para pagar de entrada? Então é mais ou menos nessa direção", afirmou o relator.

O líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), disse que ainda busca negociar mudanças no texto do relatório. Caso a proposta seja aprovada como está, o Planalto vai vetar os pontos que violarem normas de adequação financeira. A votação está prevista para esta quinta-feira (16).

No texto, Fufuca prevê a possibilidade de renegociar dívidas com a União mediante o pagamento de uma entrada que fica entre 2,5% e 10% do valor devido. O valor

## Programa de renegociação de dívidas

### COMO ERA NO SENADO

- Pagamento de entrada entre 2,5% e 25% do valor da dívida, de acordo com a queda observada no faturamento entre março e dezembro de 2020

- Quitação da entrada em cinco prestações

- Descontos progressivos, de 65% a 90% em juros e multas e de 75% a 100% em encargos. Quanto maior a queda no faturamento, maior o abatimento

- Limite para uso de créditos de prejuízo fiscal, de 25% a 50% da dívida

### COMO PODE FICAR NA CÂMARA

- Mantém as condições de desconto e de uso de

créditos de prejuízo fiscal aprovadas no Senado, mas reduz o valor do pagamento inicial

- Pagamento de entrada ficaria entre 2,5% e 10% do valor da dívida, de acordo com a queda observada no faturamento entre março e dezembro de 2020

- A quitação da entrada seria feita em até dez prestações

### Opção 2

- Possibilidade de quitação integral da dívida com créditos de prejuízo fiscal

- Descontos de 90% em juros e multas e 100% em encargos, independentemente da situação financeira do contribuinte

Fonte: Senado Federal e Câmara dos Deputados

de ser quitado em até dez prestações mensais. Ainda assim, o valor fica abaixo do aprovado pelo Senado, que ia de 2,5% a 25%, conforme o grau do prejuízo sofrido durante a pandemia. Os senadores também haviam estipulado o pagamento em apenas cinco prestações. Mesmo no auge da crise, muitas empresas pagaram tributos sem desconto, em dia ou com prazos alargados graças aos diferimentos concedidos

uso indiscriminado dos créditos para abater as dívidas. "Há um limite para o prejuízo fiscal, tanto na transação [tributária, outra modalidade de negociação] quanto no Refis. Alguns limites serão alterados, mas não vai ser 100%, porque senão a União não vai recolher nada."

No Ministério da Economia, porém, a interpretação é que essa segunda modalidade abre brecha para que toda a dívida seja quitada com o uso dos créditos, sem necessidade de pagamento em dinheiro.

A possibilidade de uso de créditos de terceiros, isto é, de outras empresas (inclusive inativas), amplia ainda mais a chance de grandes devedores regularizarem sua situação sem desembolsar nada, segundo avaliação de técnicos do governo. A medida também dificulta a fiscalização pela Receita Federal.

A área econômica vê o texto como uma bomba fiscal e classifica o desenho elaborado pela Câmara como o Refis mais agressivo já visto.

No programa de renegociação criado em 2017, também era permitido o uso de créditos de prejuízo fiscal para abater as dívidas, mas havia como contrapartida um percentual maior de entrada, a ser paga em dinheiro.

A possibilidade de acumular os descontos e o uso de créditos de prejuízo fiscal, por sua vez, era limitada a contribuintes com dívidas inferiores a R\$ 15 milhões.

Agora, grandes contribuintes teriam acesso a condições sem precedentes em um programa de renegociação de dívidas com a União. O alcance amplo das medidas tem dificultado até mesmo o trabalho dos técnicos em estimar o tamanho do estrago.

O texto aprovado pelo Senado já era mais benevolente do que pretendia o Ministério da Economia. A proposta original do Refis foi apresentada pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), ainda em 2020.



## Câmara alivia exigências do Senado e aprova novas regras para os aplicativos de ônibus

Link	Página A19
Data da publicação	16/12/2021
Veículo	Folha de S. Paulo
Classificação	Notícia de Interesse

### Câmara alivia exigências do Senado e aprova novas regras para os aplicativos de ônibus

Danielle Brant

BRASÍLIA Após reduzir parte das exigências que poderiam limitar a competição no setor, a Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (15) um projeto de lei que muda o modelo de concorrência para o serviço de transporte rodoviário de passageiros, interestadual e internacional.

O texto-base da proposta foi aprovado por 394 votos a favor e 45 contrários. Agora, o projeto voltará para o Senado, que já aprovou uma versão do texto em dezembro do ano passado.

A versão do Senado previa uma série de exigências para a operação de empresas no mercado de transporte de passageiros. O texto foi articulado por senadores ligados a empresas do setor, como o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

A Câmara, porém, desistiu de uma proposta já aprovada pelo Senado e, assim, retirou parte das exigências e o trecho que suspende milhares de linhas de transporte interestadual de passageiros.

Mesmo com as alterações o texto foi criticado. "Ainda assim prejudica a livre concorrência", disse o deputado Vinícius Poit (Novo-SP). O partido tentou impedir a votação, pois não há a garantia de que o Senado manterá

a versão da Câmara.

O relator do projeto, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), afirmou ter ouvido todos os atores envolvidos nessa matéria.

"As associações que representam as empresas de transporte rodoviário, os representantes dos aplicativos, os intermediários e donos de pequenas empresas que prestam serviço Brasil afora", afirmou.

Ele reconheceu que o texto pode não ser o "ideal para ambos os lados, porque, se assim o fosse, o texto não seria equilibrado".

"E procuramos, nessa construção da proposta, também conversar com o governo, com a ANTT, com os atores que vão operar aquilo que o Congresso Nacional decidir, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal", afirmou.

Reportagem publicada pela Folha mostrou que Pacheco é ligado a duas companhias do ramo, a Viação Real e a Santa Rita, administradas pelo pai, e que o senador atuou para defender interesses de empresas do transporte rodoviário interestadual de passageiros.

À época, Pacheco enviou uma nota em que defendeu a lisura de sua atuação no Congresso. "Não administro e não sou sócio direto dessas empresas familiares. Não misturo atividade parlamentar



#### Turma do TST forma maioria para reconhecer vínculo entre Uber e motorista

Dois dos três ministros da 3ª Turma do TST (Tribunal Superior do Trabalho) votaram a favor do reconhecimento de vínculo de emprego entre um motorista e a Uber. O julgamento ainda não foi finalizado, pois o ministro Alexandre Agra Belmonte pediu mais tempo para apresentar seu voto. A Uber diz, em nota, que aguardará o voto final e que considera isolado o entendimento da 3ª Turma. Essa é a primeira decisão de uma turma do TST a favor do reconhecimento de vínculo de emprego.

com assuntos pessoais e profissionais", afirmou.

O texto no Senado foi relatado por Acir Gurgacz (PDT-RJ), cuja família é proprietária da empresa de transportes Eucatur.

Na Câmara, o relator, que é aliado do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), derubou a maior parte das exigências previstas pelo Senado, mas manteve outras como a necessidade de R\$ 2 milhões de capital social e obrigatoriedade de comprovação de capacidade técnica e econômica para a empresa receber autorização para operar no mercado.

Com o argumento de que a versão do Senado prejudicaria a livre concorrência, Motta retirou o trecho com critérios para uma empresa receber a outorga da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres).

A Câmara retirou a exigência de que, para a outorga, deveria ser levado em consideração o mercado em cada linha e definiria a linha e os horários, o que, para a Câmara, deixaria a autorização engessada. Além disso, havia o limite de 40% da frota a ser terceirizada.

Motta também retirou o dispositivo que impedia a intermediação na venda de bilhetes, mas manteve a vedação à venda individual de passagens.

## Descontos de dívidas estarão vinculados a queda de receita

Link	Página B42
Data da publicação	16/12/2021
Veículo	Folha de S. Paulo
Classificação	Notícia de Interesse

Congresso Refis

# Descontos de dívidas estarão vinculados à queda de receita

*Relator mantém lastro para médias e grandes empresas aderirem ao programa para refinanciamento de débitos tributários*

ADRIANA FERNANDES  
BRASÍLIA

O relator do projeto do Refis (parcelamento de débitos tributários) para as médias e grandes empresas, deputado André Pufuca (PP-MA), desistiu de acabar com a vinculação dos descontos do programa ao faturamento das empresas durante a pandemia da covid-19.

O atrelamento ao faturamento foi mantido, mas Pufuca reduziu o valor da entrada para o programa em 10% do valor da dívida – esse montante poderá ser parcelado em 10 vezes. Pela regra, quem teve até 45% de queda de faturamento terá de dar uma entrada de 10%. Para a empresa com redução de 46% a 60%, a entrada será de 5%; quem teve recuo de até 80% na receita deverá dar uma entrada de 2,5% do valor da dívida tributária.

A ideia inicial do relator, que constou em parecer não inserido no sistema da Câmara, era fixar regras iguais para todas as empresas, como cobrava o setor empresarial. A proposta, porém, sofreu forte oposição do ministro da Economia, Paulo Guedes, que, desde o início das negociações do projeto



Fufuca queria só uma regra para aderir a Refis, mas recuou

no Senado, defendeu a fixação dos descontos de multas, juros e encargos legais ao faturamento das empresas durante a pandemia. Guedes já antecipara que o governo iria vetar a proposta se o projeto do Refis fosse alterado ampliando o perdão da dívida, que poderia superar R\$ 60 bilhões.

**REGRAS.** No parecer do relator, que foi apresentado ontem, as regras ficam mais parecidas com o Refis do Simples, que também tem votação prevista para hoje. Pufuca disse

ao **Estadão** que haverá tempo de votar na Câmara e no Senado, pois as mudanças devem fazer o projeto retornar a análise dos senadores. O parecer mantém a possibilidade de adesão ao programa das pessoas físicas, que poderão efetuar o pagamento inicial em espécie em 10 parcelas – antes eram cinco.

**PERÍODO.** O deputado alterou o prazo de abertura do Refis para o período entre a publicação da lei até o último dia útil do 3.º mês seguinte em que o texto entrar em vigor. Ele acrescentou a possibilidade de adesão de contribuintes em processo de falência.

O desconto máximo de juros e multas foi fixado em 90% e dos encargos legais em 100%. O uso de créditos, próprios ou de terceiros, de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) para a quitação da dívida vai variar de 25% a 50%. Os empresários fazem pressão para que o uso desses créditos seja de 100%.

“Embora o relator esteja claramente fazendo um louvável esforço de viabilização de melhorias no projeto, seria importante simplificar o texto, reconhecendo que o momento de crise, que ainda não acabou, autoriza a medida excepcional que é esse Refis”, disse o tributarista Luiz Bichara, da Bichara Advogados. ■

### Adesão

**10** é o número de parcelas que as empresas poderão dividir o valor de entrada no Refis

## Deputado quer mais empresas nos regimes Simples e MEI

Link	Página B42
Data da publicação	16/12/2021
Veículo	Folha de S. Paulo
Classificação	Notícia de Interesse

### Deputado quer mais empresas nos regimes Simples e MEI

A correção da tabela de enquadramento das empresas no Simples e no Microempreendedor Individual (MEI) também está no pacote de medidas em pauta na Câmara para dar fôlego aos pequenos negócios em 2022. Uma grande mobilização empresarial já está marcada para o mês de janeiro para pressionar os parlamentares a votar o projeto na volta dos trabalhos legislativos.

O parecer do deputado Marco Bertaiolli (PSD-SP) eleva de R\$ 4,8 milhões para R\$ 8,3 milhões o teto de faturamento anual das empresas de pequeno porte para se enquadrarem no Simples, sistema menos burocrático de pagamentos de tributos. Pelo parecer, o limite para as microempresas sobe de R\$ 360 mil para R\$ 415,8 mil. Do MEI passa de R\$ 81 mil para R\$ 138,6 mil.

O projeto seria votado ontem na comissão de Finanças e Tributação da Câmara, mas o governo mobilizou a base para obstruir a votação. Se passasse, poderia ir para o plenário junto com uma pauta extensa de projetos que serão votados antes do recesso.

**REJEIÇÃO.** A equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, é contrária à mudança nas regras de faturamento, mas o relator disse que não tem dúvidas que o projeto tem ampla aceita-

ção no Congresso e será aprovado no início do ano. Segundo ele, as mudanças poderão entrar em vigor em 2022 com a aprovação em fevereiro.

“São dois pilares fundamentais para a geração de empregos e que vão permitir às empresas tocarem a vida em frente”, disse Bertaiolli, que contesta a avaliação da Receita contrária à mudança. “Tem empresa que não quer vender para não ficar fora do

#### Restrições

**A Receita considera que a nova regra se enquadraria em renúncia tributária e vê risco para o Erário**

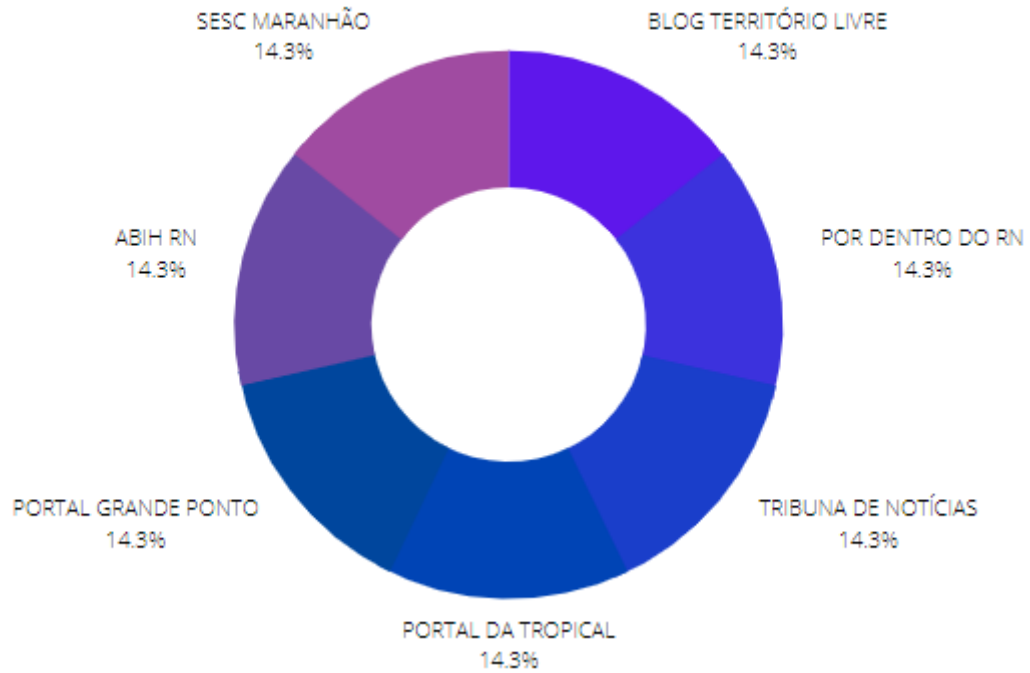
enquadramento. Isso não é bom”, disse. Segundo ele, 95% dos empregos no País nascem dos pequenos micro e pequenos negócios. O Brasil tem hoje 11,5 milhões de MEIs e 4,5 de microempresas de pequeno porte.

**FISCO.** A Receita considera que a nova regra se enquadraria em renúncia tributária e vê risco para as contas públicas. Durante a negociação da reforma do Imposto de Renda, o ex-secretário da Receita, José Tostes, comprou briga com as microempresas ao falar que depois da votação do projeto haveria a necessidade de uma revisão das regras do Simples e do MEI para acabar com a distorção dos dois regimes de tributação. ● A.F.

PHOTO: GUSTAVO S. SILVA/STRENGTH  
COPYRIGHT: FOLHA DE S. PAULO (16/12/2021)

## GRÁFICOS

### FONTES



### CLASSIFICAÇÃO

